

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 026

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Audiência Pública. Esta Audiência Pública foi requerida pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, presidida pelo Deputado Alencar Soares.

Cumprimento a todos os senhores e senhoras que estão presentes, as autoridades.

E convido para compor a Mesa o Deputado Alencar Soares, Deputado Zé Carlos do Pátio, o Secretário de Administração, o Sr. Geraldo de Vitto, Emanuel Bezerra, que é Secretário Adjunto de Gestão de Fazenda, o Sr. José Carlos Calegari, que é Presidente do SINDSINFRA, Sindicato dos Servidores da Secretaria de Infra-estrutura, a Deputada Verinha Araújo, Júlio César Viana, Presidente do SINTEP, Sindicato Estadual, a Sr^a Vilma Moreira dos Santos, Vereadora do Município de Rondonópolis e Presidente do SIPROS.

Quero agradecer também a presença da Sr^a Lúcia Gonçalves, que é Diretora do SINTEP de Cáceres, Genina Evangelista, que é Presidente do Sindicato dos Escrivãos de Polícia, o Sr. Francisco Souza Filho, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da EMPAER, o Sr. Luiz Carlos Rondon, que é Presidente do Sindicato dos Servidores da PROSOL, a Sr^a Edileuza Fontinelli da Silva, Presidente da Subsede do SINTEP de Campo Verde e o Sr. Márcio Corrêa Godoy, Presidente da Associação dos Peritos Criminais.

Nós vamos ouvir primeiro a Mesa, os Presidentes de Sindicatos, os Srs. Deputados e, logo após, nós vamos abrir também a inscrição.

Ainda em tempo, convido para compor a Mesa, o Secretário-Chefe da Casa Civil, ex-Deputado Joaquim Sucena e o Sr. Carlos Máximo, Subsecretário de Educação, representando a Secretaria de Estado de Educação, Ana Carla Muniz.

Com a palavra, o Sr. José Carlos Calegari, Presidente do SINDSINFRA - Sindicato dos Servidores da Secretaria de Infra-Estrutura.

Nós vamos abrir dez minutos para cada Presidente de Sindicato.

O SR. JOSÉ CARLOS CALEGARI - Boa-tarde a todos!

Cumprimento o Presidente da Assembléia Legislativa, em nome do qual cumprimento todos os Deputados; Secretário Geraldo de Vitto, em nome do qual cumprimento todos os Secretários; colegas sindicalistas e colegas servidores.

Eu vou ler um documento que considero os principais entraves, para o encaminhamento, do encontro de solução para os servidores no Executivo Estadual:

Criação de planos de carreiras distintas, vinte e oito ao todo, tendo como conseqüência discrepância nas tabelas salariais e outras controvérsias tais como, critérios diferenciados, privilegiam uns em detrimento de outros servidores com a mesma formação, as mesmas atribuições, ou mesmo grau de complexidade de suas funções. Contrariando frontalmente a Lei Complementar nº 13, de 16/01/92, no seu art. 31, inciso II, alínea “d”, estabelece a padronização

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

guardadas as respectivas peculiaridades nos planos de cargos e carreiras dos salários da Administração Direta, Autárquica e Funcional do Estado de Mato Grosso.

Controvérsia causada quando da ocasião do dissídio como se apresenta no momento, é fruto das falhas ou distorções cometidas na construção desses planos que já resultou em várias alterações nas leis de carreiras, mas sem lograr êxito, visto que a essência do problema está na padronização e nada é feito no sentido de interferência nesse ponto.

Nesse caso vale citar a existência do relatório de leis de carreira, cargos e salários elaborados pelo grupo de trabalho, Portaria nº 80/03, apresentada ao Sr. Governador Blairo Maggi em que essa evidenciada constatação do problema causado pela falta de tratamento idêntico aos servidores integrantes do Poder Executivo, não é assegurado pela administração estadual.

Nesse relatório tal situação é referenciada pelos servidores da Secretaria Estadual de Saúde e da PFE, o Pessoal Administrativo, as mais privilegiadas no contexto da administração estadual de forma a tornar refém de todos os seus servidores, indo trabalhar nesses órgãos.

Tudo isso dá indício de que o Governador é conhecedor da questão tão bem apresentada no relatório do GT já mencionado.

Outro ponto importante é considerar que o Governo do Estado de Mato Grosso optou pelo sistema remuneratório de subsídio, criou 28 carreiras, sem, no entanto, dispor de instrumentos legais, estabelecendo normas e diretrizes gerais para a criação de planos de cargos, carreiras e salários no Estado, nos moldes da Lei nº 5.983, de 1992, e da Lei nº 6.027, instituidora do plano de cargos e carreiras, em 1992.

Até mesmo o Conselho da Política de Administração e Remuneração de Pessoal, art. 39 da Constituição Federal, que deveria ser criado para definir critérios e nortear a formulação de políticas, através de subsídios, foi instituído através do Decreto nº 4.689, de 2002, quando a maioria dos planos de carreira já havia sido elaborado, sancionado e publicado. Portanto, o Governo do Estado começou errado e está arcando com o ônus desse erro, quando toda e qualquer medida tomada referente a reajuste salarial será sempre contaminada de conflitos e controvérsias.

Dessa forma, neste momento em que se oferece 6,13% de reposição, mais uma vez, o problema supra-exposto vem à tona, pois é apenas uma medida paliativa sem nenhum efeito solucionador da situação criada.

Vale lembrar parte da música *Apesar de Você* do cantor e compositor Chico Buarque: “quem inventou o pecado tem que inventar o perdão”. Daí cabe à administração estadual, criadora do problema já exposto sucintamente aqui, encontrar a solução mais rápida possível, evitando assim a insatisfação salarial crônica dos servidores, a baixa produtividade, como cria o relatório referenciado. Exemplos: tratamentos desiguais aos servidores invalidam a justificativa de falta de caixa ou recursos financeiros.

O que queremos dizer com isso? Nós... Eu tenho um problema muito sério, porque sou Presidente do sindicato do extinto DVOP. Nós temos engenheiro, Sr. Presidente, ganhando dois mil reais a menos. É o mesmo engenheiro que trabalhava no DVOP e hoje está na Secretaria de Saúde, com a mesma atribuição. Ele é engenheiro, exerce o mesmo cargo, trabalha na mesma profissão. Mudou apenas a nomenclatura. Hoje ele lá chama Agente de Saúde, parece-me, Profissional da Área de Saúde, mas exerce a mesma profissão.

E nós temos mais uma questão a ser levantada aqui. O Governador encaminhou a Mensagem agora no mês de novembro, Sr. Presidente, para si e para os demais, que são puxados pelo teto, de 19%. É muito difícil para mim e para qualquer presidente de sindicato dar explicações para seus filiados de 6% se o nosso Governador deu aumento para si de 19%. É muito difícil para mim, porque as notícias saem nos jornais, que os senhores há poucos dias aprovaram uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Mensagem de aumento de 47% para os peritos criminais, mas eu tenho que chegar no meu povo e falar: Vocês terão 6%.

Entendemos que os 6% é um cumprimento da Constituição. O Governo está cumprindo um dispositivo constitucional. Agora, o que o Governo precisa fazer, e com urgência, é dar tratamento igual para os servidores que têm profissão igual.

Outra questão que precisa ser levantada hoje aqui. A maioria dos servidores públicos teve no mês de abril um aumento de contribuição previdenciária de 3% e eles vão ter um reajuste de 6% menos 3%, são apenas 3%. Então, pedimos o encaminhamento da Presidência da Assembléia Legislativa para que seja articulada junto ao Governador uma solução para esse problema, para que haja uma forma de reposição.

Não quero falar aqui qual é o índice que o Governador deve dar. Eu só acho que precisa melhorar, precisa avançar, não pode ser apenas esses 6,13%. No mais, muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Sr. Júlio César Viana, Presidente do SINTEP.

O SR. JÚLIO CÉSAR VIANA - Sr. Presidente Silval Barbosa, Sr. Secretário de Estado Geraldo de Vitto, Sr. Secretário-Chefe Joaquim Sucena, Sr^a Deputada Verinha Araújo, Sr. Deputado Alencar Soares, Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio, colegas servidores, trabalhadores e trabalhadoras da educação:

No contexto da educação, para nós a data base é um momento importante não só para que possamos resolver as questões de ordem salarial, mas também as questões de ordem estrutural nas nossas escolas, como também as questões de ordem pedagógica da política educacional, como também questões de ordem administrativa no contexto educacional.

A pauta de reivindicação dos trabalhadores da educação encaminhada sucessiva vezes ao Governo do Estado e distribuído cópia aos Deputados desta Assembléia Legislativa, comprova que as questões a serem resolvidas neste momento, no contexto educacional, não se esgotam apenas reparando as perdas salariais dos profissionais da educação.

Portanto, nós queremos dizer de que neste debate salarial é fundamental, mas é essencial também discutirmos sobre organização curricular e pedagógica da escola pública de Mato Grosso, discutirmos e tirarmos encaminhamentos que solucionem as precárias condições de funcionamento das nossas escolas, discutirmos formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação, seja no exercício da docência, seja no exercício das demais carreiras que compõem a educação, como de Técnico Administrativo e de Apoio Administrativo. É necessário discutirmos sobre a saúde do profissional da educação e é necessário discutirmos sobre a questão da previdência social dos trabalhadores da educação.

Portanto, mesmo que chegássemos aqui aos valores que nós temos apresentado para a revisão salarial ainda não estaríamos satisfeitos, porque essas outras questões são essenciais para que o povo de Mato Grosso tenha uma educação com o mínimo de qualidade (PALMAS).

Portanto, gostaríamos que fossem incluídos nesse debate todos os pontos apresentados - e reiteradas vezes - encaminhados ao Governo do Estado, mesmo antes da sua posse em 1º de janeiro de 2003.

Sobre a questão salarial, em outubro de 1998, os trabalhadores da educação, respeitando um pacto nacionalmente firmado onde, inclusive, este Estado, através dos seus representantes legais firmaram esse pacto, estabelecemos uma nova carreira em Mato Grosso. Para que isso fosse possível, os trabalhadores da educação de formação de nível superior, que antes tinham um coeficiente de 85% maior do que o de nível médio, se submeteram a um coeficiente de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

apenas 50%. A maioria dos trabalhadores da educação, naquela ocasião, teve redução no seu vencimento ao invés de acúmulo no vencimento.

Propúnhamos isso porque entendíamos que era a única forma de assegurar uma carreira moderna, eficiente, do ponto de vista de atender as demandas da sociedade de Mato Grosso e criar o mínimo de condições para profissionalização da educação neste Estado. Isso representava, naquela ocasião, considerando que o pacto nacional, o salário no início de carreira para quem tinha formação de nível médio, de trezentos reais, em 1995.

Em 1998, em outubro, esse salário era quatrocentos e sessenta e cinco. Hoje, embora documentos distribuídos pelo Governo, com uma montagem enganosa e escandalosamente leviana, demonstram valores diferentes, esse profissional de formação de nível médio recebe hoje apenas seiscentos sessenta e três reais e dezessete centavos.

O de nível superior recebe hoje apenas novecentos noventa quatro reais e setenta quatro centavos. Esses são os verdadeiros números, não esses que estão neste documento encaminhado à imprensa, encaminhado ao Parlamento, representando valores que não são, de fato, aqueles que estão sendo praticados na carreira.

Por que temos o nosso salário reduzido? Porque viemos sofrendo os impactos da inflação sem a sua reposição, e não é só dos governos passados, inclusive deste Governo. Quando este Governo, em 1º de janeiro, assumiu o Estado de Mato Grosso, o nosso poder de compra era equivalente a 91% do que era em outubro de 1998. Hoje ele está reduzido a 83% do que era em outubro de 98, portanto, menor do que quando este Governo assumiu.

Então, essa história de reposição de 100% do INPC não é uma verdade quando aferimos com a matemática, quando aferimos com os números. Nós tivemos de 1º de janeiro para cá, isso se estende para todas as categorias, da polícia, da saúde, da infra-estrutura, quando falo da polícia, inclusive da Polícia Militar, uma inflação que atingiu a todos igualmente, de 19,81%, considerando o INPC. Se agora considerarmos aquelas categorias que receberam 7,67% em 2004, que, por informação quando aqui cheguei, não se estendeu ao grupo da Polícia Civil, e que agora recebe 6,13%, ainda sobram cerca de 5% de pendência, de déficit na reposição salarial no âmbito deste Governo. Portanto, não é de 100% do INPC.

Se fôssemos reparar exclusivamente a reposição do período inflacionário desse Governo seria necessário hoje em torno de 11,5% para que pudéssemos ter o poder de compra dos servidores do Estado que tiveram essas duas recomposições já citadas com 100% da reposição e com sua capacidade de adquirir os bens e serviços essenciais para sua vida nas mesmas condições de quando esse Governo assumiu.

No contexto dos trabalhadores da educação é necessário hoje, para equiparar o nosso salário ao que era em outubro de 1998, para ser exato, 20,24%. Com isso, não estaríamos assegurando um salário que significaria uma fábula, não estaríamos nem entre as categorias do Estado que recebem seus maiores salários. Nosso salário, para aquele que tem formação de nível médio, passaria a ser de R\$797,39, e o que tem formação de nível superior R\$1.196,07, para uma jornada de 30 horas de trabalho dedicadas a capacitar e qualificar o povo mato-grossense, a enfrentar os dias vindouros com o conhecimento essencial para que eles não fiquem prisioneiros do terceiro, quarto e, quem sabe, quinto mundo, mas, principalmente, prisioneiro da ignorância.

Já na minha conclusão, para compararmos, vou repetir: nível médio para um profissional da área da educação, R\$797,39; nível superior R\$1.196,07.

Vou citar alguns salários aqui, não porque eu entenda que esses salários sejam absurdos ou sejam suficientes para garantir aos trabalhadores dessas categorias que estão nesses

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

salários as condições efetivas de sobrevivência ou que repare ou que pague, de fato, a dedicação e o esforço do seu trabalho cotidiano à sociedade.

Delegado de polícia, também com formação de nível superior: R\$8.532,32. Praticamente sete vezes e meia o valor de um salário de um professor com formação de nível superior. O investigador de polícia: R\$1.273,56, como também ao do escrivão, que não entendo e quero deixar bem claro, o salário necessário para que eles possam arcar com os riscos, com os compromisso e com as responsabilidades que eles têm do serviço que prestam à sociedade.

Na Polícia Militar, um soldado: R\$1.061,30; um cabo da Polícia Militar: R\$1.751,15; um sargento: R\$2.271,18, não entrei no mérito na questão dos oficiais, que é muito maior do que esses que são os menos graduados da nossa valorosa Polícia Militar. Peritos de nível superior: R\$3.742,61; de nível médio: R\$1.176,47, e os dados foram retirados desses documentos que foram distribuídos pelo Governo do Estado para a imprensa e para diversos Deputados e também para o grupo do fórum sindical.

Com isso, Deputados e Deputada, podemos ver que os trabalhadores da educação estão lutando não é para ter o maior salário do Estado, não é para esvaziar os cofres do Estado, mas para ganhar muito menos do que muitas das categorias que também têm sido esfoliadas ao longo da sua história profissional.

Concluindo, o que propomos:

A criação imediata de um fundo de pensão e aposentadoria para os servidores públicos. Hoje, os aposentados são pagos com salários exclusivamente dos servidores.

Segundo, definição de uma política de incentivo e renúncia fiscal que seja capaz de assegurar ao Tesouro do Estado os recursos necessários para honrar seus compromissos. (PALMAS.)

E, por último, a aplicação dos índices da Constituição Estadual de Mato Grosso na educação.

Segundo o Relatório do Conselheiro Novelli, sobre as contas do Estado em 2003, no que diz respeito à Educação, o Estado só aplicou 26%, mas incluindo o Ensino Superior.

Portanto, deixando de cumprir a Constituição Estadual, deixando de cumprir a Constituição Federal e o que lastimamos mais ainda é que as contas, mesmo com esse grave problema, o relatório do Tribunal de Contas são reconhecida como estando corretas. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos comunicar que esta Sessão está sendo totalmente registrada pelo nosso serviço de Taquigrafia e também gravada, sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia.

E, ainda, Rádio, o sistema que entrou hoje no *site* - muito bem lembrado pela Deputada Verinha Araújo - está à disposição de todo o Estado de Mato Grosso, ao vivo, o que está acontecendo aqui, via Internet, na Rádio Assembléia.

Queremos registrar a presença do Deputado Eliene, do Vereador Vilson Kishi, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, do Sr. Ricardo Assis, Presidente do SINTEP da subsede de Poconé, Sr^a Maria Zanirato, Diretora do SINTEP e o Sr. Cledison Gonçalves da Silva, Presidente do SIAGESPOC - Sindicato dos Investigadores, Policiais e Agentes Prisionais.

Com a palavra, a Sr^a Vilma Moreira dos Santos, Vereadora do Município de Rondonópolis e Presidente do SIPROS.

A SR^a VILMA MOREIRA DOS SANTOS - Gostaria, em nome do Silval Barbosa, Presidente desta Casa, cumprimentar todos os componentes da mesa; todos os companheiros sindicalistas aqui presentes; companheiros e companheiras.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero parabenizar a Comissão de Constituição e Justiça, a qual está trazendo para esta Casa, esta discussão para buscar meios de estar intermediando junto ao Governador do Estado este impasse que está no Estado de Mato Grosso, sobre os profissionais, principalmente, nós os funcionários da educação, da categoria que está paralisada há alguns dias.

Nós já estivemos aqui - o Deputado Zé Carlos do Pátio sabe, inclusive, também foi através de uma Audiência Pública convocada pelo Deputado Humberto Bosaipo - discutindo também a questão da reposição salarial e fazemos parte do Fórum Sindical, do qual vários presidentes de sindicatos estão presentes, no qual já tivemos várias discussões sobre a questão salarial.

Nós do SIPROS-Sindicato dos Profissionais da Educação da Região Sul estivemos participando do Grupo de Trabalho, o Secretário de Administração sabe disso e toda categoria, no momento em que nós tivemos participando foi para estarmos discutindo a questão de estrutura de análise de carreira; também foi discutida a reformulação da LOPEB; e foi discutida já nos últimos dias a questão de recomposição salarial de 2004.

No momento dessas discussões, eu quero estar colocando aqui, que nós estivemos procurando assessoria jurídica, referente à reformulação da LOPEB tem alguns itens, inclusive, um é do art. 3º, anotei todos aqui, já fizemos. A solicitação tem que ser feita algumas alterações que também houve a compreensão da assessoria jurídica referente à questão salarial quando no GP-Grupo de Trabalho o Governador apresentou uma proposta de recomposição que seria 70% do INPC, não seria 100%, depois param as discussões. Foi que o Governador concordou em chegar em 100% do INPC, que deu essa recomposição de 6,13%.

Nós sabemos que para nós, para a categoria dos profissionais da educação, como já foi colocado aqui, Secretário Geraldo de Vitto, 6,13%, só que nós tivemos a questão da previdência que é 3%, no caso vai dar 3,13%. O que nós gostaríamos de estar deixando bem claro neste momento, é que nós queremos, não é porque nós participamos do Grupo de Trabalho, quando coloca que o SIPROS ou o Sindicato dos Profissionais da região Sul não queremos que seja revista essa questão isso não é verdade. Nós queremos neste momento a união da categoria. Nós queremos a intermediação dos Deputados e já estivemos conversando com vários Deputados.

Na semana passada, estivemos nesta Casa acompanhando a Sessão e também conversando com os Deputados, que nos colocaram a disponibilidade de estarem buscando o diálogo entre a Assembléia Legislativa e também o poder de Governo para que essa proposta, que foi discutida em dezembro e votada nesta Casa, possa ser melhorada. E nós sabemos dessa possibilidade.

Quando nós colocamos que a arrecadação do Estado, que foi de 34%, e que mediante essa Mensagem apresentada pelo Governo de 6,13% é possível ser melhorada, nós acreditamos na intermediação dos Deputados desta Casa junto ao Governador do Estado para que possa rever essa situação, porque nós sabemos que reposição do reajuste, o índice do salário mínimo também foi de 15%, então, é possível uma revisão dessa mensagem enviada a esta Casa.

Estamos aqui acompanhando, esperando realmente a sensibilidade por parte do Governo do Estado e gostaríamos de estar vendo os encaminhamentos, após essa audiência pública, para que a categoria possa ser atendida e todos os sindicatos que estão reivindicando melhorias na questão de recomposição salarial. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra o Deputado Alencar Soares.

Quero registrar que temos, até então, cinco inscrições para uso da palavra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr.Presidente, Deputado Silval Barbosa, Deputada Verinha Araújo, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Eliene, Secretário-Chefe da Casa Civil, Joaquim Sucena, nosso colega, Secretário Geraldo de Vitto, senhores presidentes de sindicatos, senhores e senhoras aqui presentes.

Nós, com Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, assim que chegou essa mensagem do Governo decidimos fazer uma audiência pública para que todos os senhores trouxessem para nós o que está acontecendo com muita clareza para que possamos, junto com todos os Deputados, e aí não é o Presidente da Comissão, não é só a Comissão de Constituição e Justiça, mas todos os Deputados Estaduais, discutir.

Mas eu tenho que deixar bem claro, como Presidente da Comissão, e os senhores podem ter certeza de que o que for - e aqui o Deputado e o Presidente desta Casa já disseram que está sendo taquigrafado, gravado, e com todas as cópias dos presidentes dos sindicatos, que estão trazendo aqui para nós - nós vamos discutir, vamos levar ao Governo, vamos discutir com o Governador, com o Secretário, com todos os Secretários da área.

Mas eu tenho dito com muita clareza, como Deputado, e vejo aí o Presidente do SINTEP, todos os presidentes falarem, se nos perguntarem se o salário, principalmente dos professores, é pouco, é pequeno, nós concordaremos, sim, com certeza. E o próprio Governador falou isso na reunião, que realmente é pouco.

Nós vamos discutir. O que estou propondo aqui para os senhores, como Presidente da Comissão, e com todos os Deputados, é discutir com o Governador, com toda a clareza, com todas as letras, e levar ao Governador a realidade do que pode.

Agora, a quem cabe a decisão de aumentar ou não aumentar o salário é ao Governador Blairo Maggi. Nós vamos fazer a nossa parte com....
(AS GALERIAS SE MANIFESTAM COM VAIAS.)

O SR. ALENCAR SOARES - É ele quem tem a chave do cofre. É ele quem tem o talão de cheque e a caneta para pagar os senhores. Nós...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Gostaria de fazer um pedido todo especial às pessoas que estão aqui presentes, aos professores e a outros segmentos, da infraestrutura, enfim, os servidores do Estado, que garantam a palavra do orador que está na tribuna, não só agora ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas a todos que farão uso da fala. Se algum de vocês quiser se manifestar, a inscrição está aberta. Queremos que esta Audiência Pública transcorra dentro da normalidade.

O SR. ALENCAR SOARES - É dessa forma que vamos conduzir. Não vou mudar a minha linha. Como Presidente da Comissão e com os membros da Comissão, assim que esgotar a discussão com os senhores e com os Srs. Deputados, vamos levar a matéria à frente para ser votada. Vamos dar o parecer.

Esgotaram-se as negociações. Tem que ser votada, ou com aumento, ou sem aumento. A nossa parte, eu prometo aos senhores, como Deputado, como ser humano, vamos fazer. Agora, não vou vir aqui na tribuna dizer que vou aumentar salário, porque não é da nossa alçada. Vamos lutar. Agora, esgotaram-se todas as negociações, temos que dar o nosso parecer, se vier à Presidência para que possa ser votada. E aí o Plenário é soberano. Pode votar a favor ou contra. São os Deputados que definem. Aí não são mais cinco, são todos os 24 Deputados. O Plenário é soberano e dará o voto, ou a favor, ou contra a matéria que está sendo apresentada.

Eu quero dizer que estamos à disposição de todas as perguntas. Fizemos questão de trazer e falamos com o Secretário Geraldo de Vitto que trouxesse todos os dados, para que ele também mostre para a sociedade e para os senhores e senhoras, que às vezes, alguns não têm

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

informação, aqueles dados que o Governo nos mostra, que está na cópia, que todos os presidentes de sindicato têm essa cópia ou terão essa cópia, que é o que o Governo nos passou. E a de Vossa Excelência e do sindicato nós vamos ter hoje, e vamos chegar a um denominador comum.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos registrar a presença do Deputado Ságuas.

Com a palavra, o Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente Silval Barbosa, colegas Deputados Ságuas, Alencar Soares, Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, Sr^a Vilma, Vereadora de Rondonópolis e Presidente do SIPROS, na pessoa da qual cumprimento todos os Vereadores aqui presentes. Cumprimento o Vereador Wilson Kishi, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres; o Sr. Joaquim Sucena, Secretário-Chefe da Casa Civil; o Sr. Geraldo de Vitto, Secretário de Estado de Administração. Cumprimento os sindicalistas aqui presentes, na pessoa do Sr. José Carlos Calegari, Presidente do SINDSINFRA, e do Sr. Júlio César Viana, Presidente do SINTEP.

Sr. Presidente, professores, diretores do SINTEP aqui presentes, eu gostaria de dizer que discutir reposição salarial do servidor público, em especial dos servidores da educação é sempre muito complicado aqui na Assembléia Legislativa, desde o meu primeiro mandato. É o meu terceiro mandato e é sempre um sacrifício. Por quê? Porque o repasse constitucional de 25% da educação não consegue atender as necessidades mínimas dos professores e dos servidores da educação do Estado de Mato Grosso.

Na condição de Deputado, sempre da Bancada de Governo, que eu estou aqui na Assembléia Legislativa todos esses mandatos, sempre na ocasião da reposição salarial para os servidores, principalmente da educação, nós temos uma dificuldade enorme. Por quê? Eu tenho o compromisso de votar, se tirada uma posição do SINTEP em assembléia, de acompanhar a posição do SINTEP. Todas as votações de que participei nesses anos que estou aqui, eu não voto contra os professores, até porque eu sou professor, então, nós temos sempre (PALMAS) uma dificuldade do Líder do Governo nos cobrando esse posicionamento.

Aqui, é até difícil porque o pessoal só gosta de aplaudir os Deputados do PT, o pessoal de oposição, mas eu quero...

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. ELIENE - Eu ouvi a contestação na fala do Deputado Alencar Soares, mas aqui é democrático, eu acho que vocês têm o direito de manifestação também.

Eu tenho dito aqui, Deputada Verinha Araújo, que a alternativa para melhorar o salário dos professores e servidores do Estado passa por alterações profundas. Eu entendo que se discutir no Grupo de Trabalho, pode vir toda direção do SINTEP para dentro do Governo, não vai achar formas que satisfarão substancialmente as reivindicações dos servidores da educação.

O que tem dentro dos 25%, do repasse constitucional, não vai dar para satisfazer a expectativa dos professores. Inclusive, eu já passei a sugerir duas soluções. Quero aqui, Secretário Geraldo de Vitto, colocar uma delas, as duas.

Primeiro, pensarmos em alterar os 25% para algo maior, porque se ficar nos 25% não vai caber a necessidade buscada pelos professores. Então, eu passo aí para 27%, 28%, quem sabe 30%, ou até mais, mas não vamos satisfazer a margem esperada pelos servidores da educação. Eu tenho convicção disso aí.

Aliás, a ausência do SINTEP no Grupo de Trabalho, eu creio que é por causa dessa interpretação, porque vai lá para dentro do Grupo de Trabalho com esses 25%, não vai ter

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

como, ali não é um garimpo que vai achar um diamante que vai alterar o que existe de dinheiro para a educação, fora daquele previsto na Constituição. Essa é uma alternativa.

Outra alternativa que eu tenho defendido, nós levantarmos, porque o salário de professor é ruim no Brasil inteiro, eu sou professor na Escola Técnica Federal e tenho visto ano a ano o achatamento também do salário dos professores da rede federal. Os professores do CEFET, hoje, também ganham muito pouco, têm os salários achatados como a rede estadual tem, como a rede municipal tem, e isso é no Brasil inteiro.

Outra alternativa que tenho defendido e que podemos pensar nisso é buscar, através de um projeto nacional, porque quem legisla sobre loteria é o Congresso Nacional, criar uma loteria específica para destinar recursos para aumentar os salários dos professores, ou então o PT ir a Brasília arranjar com o Lula uma solução, uma mágica para aumentar os salários dos professores...

(MANIFESTAÇÕES DAS GALERIAS)

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)

O SR. ELIENE - Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Não acabou o tempo.

Mais uma vez imploro às nossas galerias que, por gentileza, assegurem a palavra do orador.

O Deputado Eliene tem sido um defensor do professor aqui.

(MANIFESTAÇÕES DAS GALERIAS)

O SR. ELIENE - Aqui só defende o professor os filiados do PT, para essa galera que está aí... (MANIFESTAÇÕES DAS GALERIAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero registrar ao Deputado Eliene e às galerias que quero a normalidade desta audiência. Se não tivermos normalidade, iremos suspender a audiência.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, acho que não me causa nenhum constrangimento a manifestação, porque estou aqui e, desde o meu primeiro mandato, não voto contra posições deliberadas em assembleia do SINTEP a favor da categoria. Nunca votei.

É um hábito criar uma situação de última hora, uma emenda de última hora que eu, como governista, não vou acompanhar as estratégias de última hora.

Agora, deliberações do SINTEP o Deputado Eliene sempre votou, falo isso e vou continuar falando e defendendo.

Eu gostaria, então, de mais uma vez ressaltar: vamos aumentar as condições de trabalho dos professores, a melhoria dos salários do professor? Então, vamos buscar alternativas e alteração da Constituição, dos 25%. Não se espera daí aumentos substanciais.

Ou então um movimento nacional, através de uma loteria para destinar a salário de professor, para servidor da educação, ou então fazer uma pressão no Governo Federal para ele alterar a forma como acha que deve alterar para consertar a situação da educação do Brasil.

Então, quero colocar, Sr. Presidente, e quero parabenizar as falas aqui. Concordo com as falas do Presidente do SINTEP, Júlio César, no sentido da necessidade de se criar condições de reposição salarial, eu concordo. Mas temos que achar de onde vai tirar. Mais uma vez quero agradecer as pessoas que participam desta discussão. Colocar à disposição. Se alguém vier ao meu gabinete e tiver sugestões para que eu possa defender, estou lá de portas abertas em defesa da educação, do servidor público, que também deixei de ressaltar aqui, estou vendo aqui outras categorias, da polícia civil, dos escrivães, dos peritos também, discutindo e buscando o seu espaço. Mas conte conosco! E vamos aprofundar. Não vamos ficar só na demagogia e na discussão sem solução. Muito obrigado. (PALMAS.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, colegas Deputados, cumprimentar toda a Mesa, as autoridades, Deputado Joaquim Sucena, Secretário-chefe da Casa Civil, Geraldo de Vitto, Secretário de Educação, Vilma, Vereadora de Rondonópolis, companheiros sindicalistas, quero aqui cumprimentar em nome do Júlio, Presidente do SINTEP, aos educadores e educadoras.

Temos aqui vários sindicatos presentes, outras categorias, mesmo porque a pauta trata da Mensagem do Governo em relação à correção da revisão geral anual do subsídio dos servidores públicos com vínculo efetivo e comissionado do Poder Executivo Estadual.

Só queria, antes dizer ao Deputado Eliene que, no dia 27 de abril, Deputado, estivemos em Brasília, vários Parlamentares Estaduais, municipais e federais na Marcha da Educação, com o lema: verdadeira dívida com a educação, com duas frentes.

A primeira é uma proposta, inclusive tem apoio da UNESCO em nível mundial, que é a conversão de toda dívida externa para investimentos em educação. Essa é uma proposta que inclusive tem o apoio do Ministro Tarso Genro, que nos recebeu na Casa Civil junto com o Ministro José Dirceu, Aldo Rebelo. E agora, no mês de maio ou junho, vai haver um debate dentro da bolsa de valores de São Paulo para discutir com os investidores internos e externos a proposta da conversão da dívida externa em investimento na educação. É o Governo Lula chamando para o debate, inclusive, apoiando a iniciativa da CNTE, que puxa esse movimento em nível nacional. Assim como recentemente o Ministro Palocci discutia o investimento em infra-estrutura, retirando dos investimentos... Como um gasto, mas com investimento... É todo um investimento em infra-estrutura, que para este ano são de três bilhões de reais e que Mato Grosso vai ter agora trinta milhões para a BR-158, da parte de cento setenta seis milhões, que é nosso orçamento do transporte em Mato Grosso. Esses trinta milhões advém justamente desses três bilhões de infra-estrutura, que já negociou com o Fundo Monetário Internacional. Já que fez isso com a infra-estrutura, por que não com a Educação, também?

Então, o desafio está lançado e nós já pedimos o apoio de Vossa Excelência, Deputado Eliene, que é do PSB, que é da base do Governo Lula... Ah! Mudou! Desculpe! É do PP! Que também é da base do Governo Lula.

Outra questão é que nos próximos dias o Presidente Lula irá enviar ao Congresso Nacional um Projeto também que tem o apoio dos Secretários Municipais de Educação de todo o país, do Movimento Sindical, também através da CNTE, dos Secretários Estaduais de Educação, e que nós tivemos uma Audiência nesta Casa com a presença, inclusive, do Chagas, que é do Ministério da Educação, com o Prof. Carlos Abicalil, que é Deputado Federal e é membro da Comissão de Educação, propondo a criação agora do FUNDEB, que irá abarcar todos os níveis de Educação: Educação Infantil, Média e Ensino Fundamental. E significará um aporte de dinheiro, Deputado, de quatro bilhões e quinhentos na Educação.

Esperamos que com isso melhore, inclusive, os indicativos de recursos, as vinculações e aplicações, principalmente com gasto com Pessoal, porque havia uma proposta inicial do Governo Lula de que o gasto com Pessoal fosse na ordem de 80%. E, infelizmente, quem mais resistiu a essa proposta foram os Secretários Estaduais de Educação e vários Secretários Municipais de Educação também.

Portanto, o Projeto vai para o Congresso e lá vamos fazer o debate sobre o piso salarial das categorias da Educação, sobre a carreira, sobre a aplicação, sobre a creche, que ficou de fora, que é uma dívida que temos também com a Educação Infantil. E queremos contar com o apoio de Vossa Excelência também para essa questão do FUNDEB.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, sobre o tema, votamos aqui em 2004, a Lei nº 159, que fixou subsídios dos profissionais da Educação Básica em 7,67%. O Governo Blairo Maggi assumiu em 1º de janeiro de 2003 e o primeiro projeto que apreciamos nesta Casa, de reposição, foi em março de 2004, mais de um ano depois. Instituído ainda no projeto, os 12% de verba indenizatória que está aqui no art. 3º, § 1º: “Em vista do caráter indenizatório da verba mencionada, o professor da rede pública estadual que, por qualquer motivo, deixar a docência em sala de aula perderá o incentivo mencionado automaticamente.”

Aqui esta com a palavra, professores, principalmente, efetivos porque os 12% não incluiu os nossos professores contratados, interinos, aposentados e os funcionários de escola. Na verdade, o Governo constituiu uma *apartheid* dentro da educação, quando diferenciou com a verba indenizatória quem teria o direito aos 12%. Além do que aos professores e professoras doentes quando saem em licença-saúde perdem os 12% da verba indenizatória, que é o momento que eles precisariam muito mais desse recurso. Com a palavra da Assembléia Legislativa que votou essa lei, com o meu voto contrário, inclusive, aqui nesta Casa... (PALMAS E OVAÇÃO).

A outra, é a Lei Complementar nº 203, que votamos aqui em dezembro, as vésperas do Natal, que é essa que ainda está para ser concluída agora em maio, que é com relação à reposição com 100% INPC e IBGE.

Diz a Lei nº 8.278, que estabeleceu política de revisão geral anual de remuneração do subsídio dos servidores públicos, lá no art. 5º, diz o seguinte:

“O disposto nesta lei não prejudicará eventuais recomposições ou reajustes salariais decorrentes das adequações setoriais da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional.”

Por que, então, o Governo só excluiu da sua mensagem, a Lei Complementar nº 203, aqueles servidores cujas carreiras seus subsídios estão vinculados ao limite remuneratório do Chefe do Poder Executivo Estadual? Por que, se a Educação foi a única citada aqui, sendo que a lei diz no art. 5º que eventuais reajustes não ficariam prejudicados, no caso, dão estabelecimento de um novo índice de recomposição salarial. E as outras categorias que deliberamos aqui nesta Casa? Várias recomposições, no caso de carreira em que houve rearranjo de percentuais amplos de reajustes, justíssimos.

O Pedro Márcio está aqui, é Presidente do Sindicato dos Peritos, ficou dois anos nesta Casa batalhando para que os peritos tivessem justiça salarial, foi feito agora, mais de dois anos depois. E por que só excluiu a categoria da educação os 6,13% e as outras categorias, outras legislações votadas nesta Casa não foram especificadas? Eu gostaria que o Secretário de Administração me respondesse.

A outra é com relação ao Balancete de Mato Grosso. Vou citar aqui aos senhores e senhoras um dado.

Entre janeiro e março de 2005 o Governo arrecadou R\$1.111.016.749,00. Partindo do pressuposto de que o item engloba todas as receitas correntes, todas as receitas de capital, temos que o Estado teve com receita no período 21,43% do previsto para o ano, quando já transcorrido ¼ do ano, ou seja, 25% do lapso temporal total. Importante abduzir que se compararmos o período de janeiro a março de 2004 e o período de janeiro a março de 2005 observaremos que houve um incremento de ingresso de 33% a mais em relação a 2004, para o mesmo período. Portanto, houve um ingresso no Tesouro de R\$277.959.697,00 a mais com o mesmo período do ano passado.

Portanto, quero retomar aqui outro item da lei que fala na revisão da política salarial quando diz no art. 3º que a revisão geral anual será correspondente ao PIB de janeiro a dezembro do exercício anterior, condicionado os seguintes requisitos: “requisito II, incremento da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

receita corrente líquida verificada no exercício anterior da revisão, atendidos os limites da despesa com pessoal de que trata a Lei Complementar Federal nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, as prescrições do art. 169, § 1º, da Constituição da República Federativa e o índice prudencial da Secretaria do Tesouro Nacional.

Capacidade financeira do Estado. Portanto, houve incremento de mais de 33% na receita, portanto, há, sim, possibilidades reais de discutirmos aquilo que reivindica aqui não só a educação como outras... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou conceder apenas mais um minuto para a Deputada Verinha Araújo, porque, pelo nosso Regimento Interno o tempo seria de 5 minutos para cada Deputado e eu fui democrático demais e concedi 10 minutos e 10 minutos é destinado a expositores que debaterão. Quem dez minutos aqui na mesa será o Secretário Geraldo de Vitto e eu já fiz um acordo com os demais Deputados e cada um fará uso da palavra por, no máximo, 5 minutos.

Portanto, para Vossa Excelência concluir um minuto.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Então, Srs. Deputados, Secretaria de Administração, a tabela que recebemos aqui de um estudo da SAD mostra bem a diferença que há entre servidores com a mesma formação de categoria para categoria.

Peguei aqui, por exemplo, no caso da polícia militar um estudante, ele é aluno oficial. Ele está estudando para ser oficial da polícia militar, justíssimo investimento, mas o salário dele comparado com o professor em nível inicial é de R\$1.067,00, e não tem ainda o nível superior. Enquanto que o professor com nível superior ganha aqui relatado pelo Júlio, R\$994,00. Ele está com investimento para ser futuro oficial da polícia militar. E o professor que já fez o nível superior ganha R\$994,00. Precisa fazer essa justiça com os professores, com os servidores da educação.

Temos companheiros da UNEMAT aqui. Os salários da UNEMAT mesmos achatados... (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o nobre Deputado Ságuas, que dispõe de cinco minutos.

O SR. SÁGUAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Secretários de Estado, Deputada Verinha Araújo, lideranças sindicais, quero cumprimentar a todos e a todas aqui.

Cheguei atrasado. Tive problema e não pude chegar a tempo.

Não ia nem fazer nenhuma fala, mas acompanhando aqui...

Mas o Deputado Eliene provocou as galerias e me provocou também. Porque ele supôs que todo mundo aqui é do PT, porque falou que só os Deputados do PT recebem aplausos. E também remeteu o problema para o Presidente Lula, que temos que buscar dinheiro do Presidente Lula, do Governo Federal. Eu acho que a questão não é bem por aí, Deputado Eliene.

Porque veja bem. Eu acho que o Deputado não pode estar aqui preocupado com aplausos ou se vai ser vaiado, ou se vai ter aplausos, ou não. Acho que temos que ter aqui uma postura adequada. Temos as diferentes posições políticas ideológicas. Eu acho que temos que respeitar a todas, porque todas aqui representam determinado segmento. Temos Deputado que defende um setor pecuário, outro defende o setor agrícola, outro é dos professores. E nós temos as mais variadas posições ideológicas aqui. Eu sempre admiro aquele Deputado, mesmo de posição ideológica contrária a minha, por tentar uma postura reta, uma postura clara e definida e que sabemos de que lado que ele está. Então, eu acho que esse deve ser o nosso posicionamento aqui independente do aplauso ou da vaia.

Eu acredito que um país como o nosso, que é um país em desenvolvimento, para não dizer do terceiro mundo, subdesenvolvido e por aí afora, porque ainda estamos tutelados pelo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

capital internacional, FMI, Estados Unidos e tudo mais. E nós devemos fazer grandes remessas de recurso para o exterior e não temos condições de definir as políticas públicas neste país da forma que gostaríamos.

O Governo Lula assumiu algumas medidas duras, porém necessárias para garantir que a macroeconomia do país pudesse estar no rumo certo. Isso está acontecendo, está garantindo até estabilidade econômica, financeira e monetária, e já com isso nós deixamos de assinar acordo com o FMI. Isso é o primeiro passo para que possamos ganhar uma independência financeira deste país, para que possamos de fato depois fazer grandes investimentos que este país precisa, na educação, na saúde, na infra-estrutura. Mas nós temos que dizer que estamos avançando ano a ano. E o Governo Lula tem essa preocupação, ele veio de um meio sindical, de um meio dos excluídos e ele tem muita clareza disso. Mas enquanto essas políticas, Deputado Eliene, de que não temos recurso suficiente ou necessário para atender todas as demandas, nós vamos ficar nessa briga de gato e rato mesmo. E os governantes têm que fazer a parte deles e os servidores também têm que correr atrás, têm que buscar e aí a diferença do que o Estado pode ceder e que o servidor pode avançar é muito pequena, mas existe essa possibilidade.

Então, nós temos que dialogar, nós temos que buscar essa possibilidade. Os servidores também reconhecem as limitações do Estado, reconhecem as limitações dos municípios e da União. Eles também não vão querer 200%, 300%, que seria o ideal, mas eles sabem que tem um limite, e podemos avançar um pouquinho e o Estado sabe que esse espaço de concessão é muito pequeno também.

Então, é esse o exercício que nós temos que fazer enquanto poder público instituído, enquanto Assembleia Legislativa. Isso dá trabalho, muito trabalho! Dá muita dor de cabeça, dá muito desgaste para todas as partes, porém nós vivemos essa situação.

Então, é nesse sentido que nós temos que buscar essas diferenças pequenas, esse limite. Nós temos que tentar saber qual é esse limite que nós vamos conseguir, para que possamos conseguir os avanços salariais neste país, para que os servidores também não possam ter essas perdas salariais, porque em Governos anteriores nós observamos que as perdas foram muito grandes.

Então, os servidores, minimamente, vão estar reivindicando que não haja perdas salariais. E o Governo também conhece os limites e vai tentar dizer qual é o limite dele. Mas nós temos que estar fazendo esse exercício para ver se nós podemos avançar um pouquinho mais na questão salarial e também o Estado não possa sentir tão prejudicado, alegando que não tem recurso para isso. Então, é nesse sentido que nós temos que trabalhar. É no sentido de buscar esse...(O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nem dez, nem cinco, concedo mais um minuto.

O SR. SÁGUAS - Um minuto.

Nós temos que buscar esse limite aí. Então, é nesse sentido que eu acho que nós temos que trabalhar aqui, independente de cor partidária, independente de ideologia política. Nós temos que ter a maturidade de estar sentando, conversando, sem perder a paciência. Porque se nós perdermos a paciência, algum lado vai sair perdendo e eu acho que não é interessante para ninguém que nós possamos ter as partes sentindo que estão prejudicados ou que estão sendo lesadas.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de fazer esta reflexão aqui, para que o debate pudesse fluir da melhor maneira possível. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Os inscritos terão três minutos para se pronunciar. Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio. Se quiser usar a palavra daí, está autorizado, Deputado. Vossa Excelência dispõem de cinco minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu vou usar daqui para olhar de frente para Vossa Excelência e para o Secretário (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Bem, eu queria dizer uma coisa já que está aqui a Secretaria de Fazenda e está aqui o Secretário Joaquim Sucena. Uma coisa que o Júlio César falou aqui e que ninguém deu muita importância é uma questão que eu estou combatendo muito em Mato Grosso. Na verdade, tem muitas empresas que não estão pagando impostos neste Estado. Tem incentivo fiscal, não paga imposto e o dinheiro do imposto que esse povo não estava pagando, que dizem que é incentivo, na minha opinião, é renúncia fiscal. Renúncia que poderia estar aplicando e melhorando o salário de cada servidor aqui.

Eu pedi, falei hoje com o Secretário, o Secretário está disposto a rever isso aí, já tem cinco meses que eu quero a relação de todas as empresas de Mato Grosso que tem incentivo fiscal, quanto é o incentivo fiscal e para que esse incentivo fiscal (PALMAS). Não dá. Não dá. Têm alguns que estão mamando no dinheiro público e os outros não estão tendo salário digno. Dinheiro tem. Nós temos que buscar isso.

Em segundo lugar... Eu estou sentado ali ao lado do Secretário e ele está dizendo: “Olha, não tem condições de melhorar mais a questão salarial”. Ora, eu estava colocando para ele o seguinte: eu fui o primeiro Deputado que fui lá junto com a Deputada Verinha Araújo, junto com os 22 Deputados, 24, e aí eu acho uma injustiça e quero aqui, até meio contrariado, porque sem o nosso colega Deputado nós não avançamos na luta, sem os Deputados Alencar Soares e Eliene, e fomos lá. Eu falei com o Governador: Governador, sua relação com os educadores, com os servidores da educação não está boa. Você precisa aproximar. Eu quero dizer que existe dificuldade de relacionamento entre o Sindicato e a Secretaria de Educação e vice-versa. E falei: Você tem que melhorar essa relação, Governador. Na mesma hora ele, de pronto, falou que ia reabrir a negociação a conversação. Ora, se vai abrir a conversação e a renegociação, como é que vai dizer que não tem como dar mais aumento? Então, é melhor não abrir, porque para abrir tem que ter, no mínimo, uma perspectiva de discutir uma reavaliação da questão salarial.

Então, eu quero deixar isso claro. Eu acho que temos que abrir a renegociação, o grupo de trabalho, que chame de qualquer nome, mas tem que, definitivamente, ter a certeza de que vai haver uma transparência e os encaminhamentos terão consistência para podermos garantir um aumento salarial para a categoria.

Aqui falou todo mundo e é verdade, se quisermos mudar uma sociedade... Eu sou passageiro, daqui há alguns dias eu volto para casa, vou cuidar da minha vida, eu sou engenheiro, sou matemático, sou professor e vou cuidar da minha vida. A vida parlamentar é passageira. Agora, deixo uma pergunta para nós todos aqui: o que nós fizemos para transformar essa sociedade que queremos? O salário que esse povo ganha?

A educação é instrumento de transformação de uma sociedade. Se não investimos em educação, não vamos ter uma sociedade transformada (PALMAS). Então, quero colocar que eu acho que a maior obra que um Governo pode fazer é investir em educação e realmente é o salário mais defasado.

Ora, um matemático da área instrumental ganha o dobro que um professor matemático. Eu sou matemático, trabalho na área instrumental, entro com um piso salarial de R\$1.800,00. Um professor, com 20 anos de serviço, pós-graduação, fazendo mestrado, ganha R\$1.400,00, e olhe lá, bruto, líquido, R\$1.100,00, R\$1.200,00. Isso é um absurdo! Como é que vamos continuar com um país deste? (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Olha, o discurso é bonito, mas quer fazer planejamento, quer atingir uma meta? Temos que uniformizar o plano de cargos e salários. Ora, aquilo que foi colocado aqui pelo José Carlos, um engenheiro tem a diferença salarial do jeito que tem. Não pode! Temos que unificar essa questão salarial. Isso é importante.

E vou fazer uma proposta aqui, Sr. Presidente, faltam vinte e seis segundos.

Não vamos votar essa matéria antes de buscar um entendimento com o fórum sindical e com todos os servidores públicos. Eu deixo essa proposta para Vossa Excelência: Não vamos votar essa matéria. (PALMAS.)

Vamos ser extremamente democráticos. Esta Casa é democrática.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Sei que Vossa Excelência está querendo mais um minuto, eu concedo mais um minuto.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Esse um minuto, quero deixar para cada um de nós fazermos uma reflexão, para cada um de nós pensarmos: o que podemos estar fazendo para melhorar os salários dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso, o salário do servidor da educação? Muito obrigado a todos. (PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - O Deputado Zé Carlos do Pátio fez um encaminhamento para não votarmos a Mensagem nº 31/05, sem debater com a categoria. E é justamente isso que nós estamos fazendo. Estamos ouvindo. Estão aqui os Secretários. Vamos tirar dessa pauta o que foi colocado aqui. E nós vamos levar isso até o Governo o que está sendo posto. Qual a insatisfação maior de cada segmento. Mas estamos debatendo, sim, Deputado. Esta Casa é extremamente democrática!

Vou convidar o Secretário Geraldo de Vitto para fazer uso da palavra. Eu vou pedir licença a todos os senhores, as senhoras e autoridades, porque tenho uma audiência marcada, neste momento. Quero agilizar para ainda voltar, no final desta Audiência Pública. Mas peço desculpas por ter que me ausentar. Mas, de todas as formas, fica registrado que a Mesa Diretora vai debater exaustivamente essa Mensagem nº 31/05, como estamos fazendo.

Convido o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o autor do requerimento para realização desta Audiência Pública, para assumir esta Presidência, Deputado Alencar Soares.

(O SR. DEPUTADO ALENCAR SOARES ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 15:35 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, o Secretário Geraldo de Vitto, que dispõe de dez minutos.

O SR. GERALDO DE VITTO - Deputado Alencar Soares, que ora preside esta Audiência Pública, Srs. Deputados Eliene, Ságua, Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, meu colega Secretário Joaquim Sucena, meu amigo Manoel Bezerra, Secretário Adjunto que muito nos honra estar aqui, srs. sindicalistas, servidores, em nome do Calegari eu cumprimento a todos, Vereadora Vilma.

Queria iniciar aqui a minha fala fazendo referências a algumas falas anteriores que foram feitas.

Inicialmente foi posicionado de que existem várias discrepâncias entre as carreiras de Estado. Algumas discrepâncias existem, mas elas, hoje, já são mínimas, são menores do que quando assumimos em janeiro de 2003.

Os dois primeiros anos de Governo, nós procuramos tentar, de certa forma, eliminar ou diminuir essas discrepâncias existentes que eram muito grandes. Os senhores acham que existem discrepâncias, mas se fizermos um breve retrocesso, vamos ver que não tinham

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

discrepâncias anteriormente, tínhamos buracos. E estamos tentando paulatinamente recompor, ou melhor, tentarmos dar um certo nivelamento remuneratório a essas carreiras.

Algumas carreiras, de fato, possuem ainda valores diferenciados. Só que com a própria Legislação determina por sua natureza, por sua periculosidade, etc.

O Governador Blairo Maggi, desde o início, mencionou que iria fazer a recomposição das perdas salariais ocorridas no seu período, e isso nós estamos fazendo. O índice de 6,13%, que foi apresentado nessa Mensagem, corresponde à correção de 100% do INPC, índice oficial pelo Governo Federal que corresponde às perdas oficialmente emitidas para o ano de 2004. Queria então fazer o primeiro ponto e a primeira retificação.

A lei que encaminhamos no final de 2004, que foi aprovada em dezembro de 2004 e que estabeleceu como data base do funcionalismo o mês de maio, estabelecia que a recomposição se daria na conformidade e no poder referente ao exercício anterior. Então, nós não podemos mencionar ganhos arrecadatórios que temos em 2005, porque eles serão objeto de análise e estudos para a recomposição das perdas inflacionárias que os servidores terão em 2005 a ser discutido em maio de 2006.

Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de retificar, que não há como fazer uma correlação nesse sentido, porque o que nos importa é referente ao ano de 2004, pois a correção é sobre aquele ano que se baseia. E mencionar, inclusive, que foi colocado aqui que os servidores da SINFRA tiveram só 13% de reposição. Queria só mencionar que os servidores da SINFRA tiveram no primeiro ano entre 10% e 30% de reposição e agora, como todos os outros servidores do Estado, estão tendo 6,13%. Isso é uma média geral.

Com relação à contribuição previdenciária que foi colocado, eu quero relembrar os senhores que já foi objeto de várias discussões aqui, inclusive de uma Audiência Pública convocada pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, a qual nós discutimos com os senhores. O Congresso Nacional quando aprovou a Emenda Constitucional nº 41 nos imputou o ônus de criarmos a Política Previdenciária. E essa política que nos foi imputada nos obriga a estabelecer esses índices que estão sendo aplicados a partir do mês de abril de 2005. Nós fomos, queremos ressaltar algo que já foi dito anteriormente, o último Estado da União a criar uma Lei de Contribuição Previdenciária, o último da União e estabelecemos o índice menor possível, que foi 11%, porque a lei é clara em dizer que é no mínimo 11%. Então, nós fomos o último Estado da União que estabeleceu o menor índice possível.

Eu queria mencionar também, até aproveitar uma fala que o Deputado Ságua mencionou, que tudo quando se diz respeito a recomposições salariais, nós temos que verificar um binômio. O binômio diz respeito a necessidade e possibilidade. Lembrando a fala do Deputado Ságua, esse binômio tem que estar presente em todas as discussões. O Estado de Mato Grosso, quando nós vimos, nós optamos em dar os 100% de reposição de INPC, isso foi o que foi possível nós fazermos. Essa é a possibilidade que nós tivemos de remunerar.

Alis, eu quero deixar bem claro e registrado, que é a primeira vez na história do Estado, que uma reposição, ou melhor, que uma recomposição de perda referente ao ano anterior é colocada em prática. Nunca, nenhum Governo, em nenhum momento no Estado de Mato Grosso, outros governantes do Estado de Mato Grosso tiveram essa preocupação com seus servidores. Nunca! É a primeira vez que essa recomposição é feita de forma integral para os servidores.

Eu queria também buscar uma fala da Deputada Verinha Araújo, na qual ela menciona que existe um trabalho feito na Câmara dos Deputados, em Brasília, no Congresso Nacional, que estabeleceu um limite, no caso de educação, de 80% para que se seja utilizado 80% para reposição do salário dos servidores da educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu queria posicionar a Senhora, Deputada, que hoje nós utilizamos 81% da nossa capacidade, ou seja, o Estado de Mato Grosso já está acima da proposta que o Governo Federal está tentando encaminhar. É exatamente por isso que é difícil fazermos qualquer tipo de menção nesse sentido.

Eu queria também ressaltar uma possibilidade, aproveitando aquilo que foi mencionado pelo Deputado Zé Carlos do Pátio e a Deputada Verinha Araújo mencionou que os professores foram excluídos na mensagem. Os professores foram excluídos dessa mensagem porque já estão recebendo, ao contrário dos demais servidores do Estado, os professores já estão recebendo a recomposição de 5,13% e nós já estamos mandando para os outros servidores agora, estão recebendo desde janeiro. Então, essa mensagem diz respeito a posicionar os demais servidores com os 12% que a educação já teve desde janeiro.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, não há divergência entre o grupo de trabalho reabrir e essa Mensagem específica, porque são temas completamente diferentes.

Quero posicionar, ao final, para encerrar a nossa fala, de que não são só os professores que estão fora, os peritos criminais também estão fora dessa mensagem. Os peritos criminais e varias outras carreiras do Estado estão fora não é um posicionamento pontual aos professores. Isso é uma questão global, uma questão que foi discutida. Repito: é a primeira vez na história de Mato Grosso que é dada imediatamente uma recomposição completa das perdas salariais no ano do exercício anterior.

Nesse ponto o Governador Blairo Maggi está integralmente cumprindo o que prometeu, aquilo que está estabelecido na Agenda Mato Grosso Mais Forte. Isso é importante e essa mensagem diz respeito a isso, porque a mensagem simplesmente coloca sobre a reposição das perdas do exercício anterior e mais nada.

Obrigado, senhores. Obrigado pela possibilidade, Deputado Alencar Soares.

A Sr^a Verinha Araújo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a pela Ordem, a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Eu não coloquei no momento anterior, que não houve tempo, Sr. Presidente, Secretário de Vitto, mas já que o Governo está gastando mais do que 80% com folha, porque o Governo solicitou ao Tribunal de Contas um parecer para não vincular, não gastar os recursos com relação ao imposto de renda na fonte, que chegam a quase 50 milhões de reais.

Esses recursos seriam suficientes inclusive para ajudar nesse debate que estamos fazendo nesta tarde.

Quero dizer ao senhor também que nós estamos solicitando não apenas os 6%, estamos solicitando os 19% que foi concedido ao Governador. Quer dizer, não são só 6%, são mais do que isso (PALMAS DAS GALERIAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, já pelas inscrições, e disporá de três minutos, o Sr. Nuza Amorim, do SINTEP de Cáceres, que dispõe de três minutos.

O SR. NUZA AMORIM - Deputado Alencar Soares, Presidente da Audiência, em nome do qual cumprimento as autoridades presentes e em especial um cumprimento caloroso aos colegas professores, que vieram de todas as partes de Mato Grosso que estão participando deste movimento e até mesmo acampados aqui em frente à Assembléia Legislativa (PALMAS).

Eu quero começar dizendo que realmente essas diferenças de cargos e carreiras nas diversas categorias não dá mais para agüentar, não dá mais para conviver com essas discrepâncias, que não são buracos, Sr. Secretário, são verdadeiras crateras. Não dá mais! Não dá mais para ficar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

dando aula ali, na situação atual da Educação e observarmos aqui que vem o Secretário e fala: “Nós estamos tentando tapar buracos”. Só se for com lama.

A outra questão muito importante. Eu não quero mais receber verba de indenização, eu não quero ser indenizado, eu não quebrei a perna! Eu dou aula, eu sou professor. Eu não quero indenização, porque quando eu saio de férias, eles cortam a indenização de 12%, sem eu fazer nada, é só sair de férias e perco a indenização. Eu também não quero mais saber do Governo chegar para mim e falar assim: “Eu vou mudar a sua data base para março ou para maio ou para outubro ou para novembro”, como foi feito aleatoriamente desta vez, democraticamente, sem consultar a categoria. Aí chega, unificou a data base com essas discrepâncias que já existem entre as categorias e aí vem com uma proposta - eu não vou nem citar o conceito dessa proposta - de 6,13%. É um absurdo, é um absurdo!

O Governo faz a propaganda de que os alunos da rede pública de ensino são aprovados nas universidades. Isso é óbvio, porque a qualidade, apesar de tudo, da Educação de Mato Grosso, é muito boa (PALMAS). Mesmo com as dificuldades e com esse salário de miséria (PALMAS)...

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Eu quero dizer que o senhor está fora da discussão. Vamos à discussão... Eu tenho pressa...

O SR. NUZA AMORIM - Não estou, não! Na sua percepção eu estou...

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Está sim, senhor!

O SR. NUZA AMORIM -Mato Grosso é um Estado com um dos maiores crescimentos econômicos, Sr. Deputado, o senhor sabe disso. A propaganda oficial é essa, no entanto o Governador chega aos quatro cantos e fala: “Para cada um milhão que o Governo Federal investir em estrada,” - interesse de algumas pessoas - “o Estado investirá mais um milhão.” Então, tem dinheiro. Cadê esse dinheiro? O FETHAB está comendo? Ou as pessoas é que comem do FETHAB? Então, não dá mais.

A LOPEB, que foi uma conquista da categoria, infelizmente, este Governo está jogando no lixo. Não dá mais, vamos jogar no lixo este Governo (MANIFESTAÇÃO DAS GALERIAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, quero dizer que nós estamos aqui para ouvir as propostas dos senhores. Os senhores querem que nós discutamos com o Governo qual a proposta, qual é o índice, o que é, onde é, porque senão não vamos chegar a um denominador (MANIFESTAÇÃO DAS GALERIAS).

Com a palavra, o Sr. Henrique Lopes do Nascimento, Diretor Regional do SINTEP do Nortão II, Alta Floresta.

O SR. HENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO - Boa-tarde a todos e a todas!

Em nome da Deputada Verinha Araújo, cumprimento as autoridades da Mesa.

Só quero colocar aqui ao nosso nobre Presidente, que, enquanto Diretor Regional, enquanto membro de Sindicato, nós já temos uma proposta protocolada junto a este Governo. Portanto, os nossos índices e as nossas perdas já estão contidos ali...(PALMAS).

Eu estou bastante preocupado e queria fazer aqui um desabafo. Pela fala do Secretário de Vitto, até parece que nós somos funcionários do Governador Blairo Maggi. Eu sou funcionário do Estado de Mato Grosso (PALMAS), portanto eu exijo a recomposição das minhas perdas, pelo menos, de quando nós fizemos a última negociação que foi através da LOPEB. É isso que nós estamos reivindicando.

Causa-me uma certa estranheza quando, com todo respeito, Deputado Eliene, o senhor coloca aqui a questão da necessidade de discutir a possibilidade de alterações nos índices.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Quero dizer que a Constituição deste Estado já estabelece um índice bastante superior, em torno de 35% para ser aplicado na educação. Então, eu acredito que 30%, se aplicados esses índices, não haveria necessidade de encaminhar mais questão nenhuma. Eu acho que é fazer cumprir aquilo que está aí estabelecido em lei.

Eu queria, então, fazer uma pergunta aos Srs. Deputados: qual é a disponibilidade ou a disposição dos Srs. Deputados em fazer garantir aquilo que os próprios Deputados aprovaram aqui, que é a nossa Lei Complementar nº 50? Essa é a minha pergunta (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, o Sr. Cleidson Gonçalves da Silva, Presidente do Sindicato dos Investigadores e Agentes Prisionais de Mato Grosso.

O SR. CLEIDSON GONÇALVES DE SOUZA - Quero cumprimentar as autoridades da Mesa, na pessoa do Deputado Alencar Soares, e demais servidores aqui presentes.

Nós queremos discutir, Sr. Presidente, principalmente diretamente com o Secretário Geraldo de Vitto e o Secretário Joaquim Sucena, que representam o Governo nesta Casa, as controvérsias do Governo Blairo Maggi, porque todos nós sabemos, todos os servidores sabem que 6% não atendem a necessidade de nenhum servidor deste Estado, até porque o Governador reajustou seu salário em 19%.

Como nós vamos aceitar 6%, se a energia aumentou 13%? E outras questões.... (PALMAS DAS GALERIAS.) Nós estamos aqui sendo o mais sensato possível, Deputado. Não tem dinheiro para dar aumento para servidor, mas tem dinheiro para aumentar o salário do Ministério Público, mas tem dinheiro para aumentar a dotação orçamentária da Justiça, tem dinheiro para aumentar algumas outras categorias. Por que essa discriminação? Por que não dar um tratamento igualitário para as outras categorias?

E vocês têm que aceitar a verdade, como disse o companheiro anteriormente aqui. O Estado não é do Governador Blairo Maggi. O Estado é do povo. E nós queremos uma atenção maior, queremos mais respeito por parte deste Governo. Nós queremos ter a oportunidade de discutir, porque para o Governo esse já era um assunto encerrado, como disse o Secretário Geraldo de Vitto e nós não vamos engolir.

Infelizmente, companheiros, os servidores públicos deste Estado estão inertes, estão parados, querem que seus sindicatos vão para a luta brigar. Mas nós gostaríamos de ver os servidores na rua. Vamos para o enfrentamento, vamos para a frente da Casa Civil, vamos discutir com o Governo (PALMAS DAS GALERIAS). É isso o que queremos dos servidores e não ficar ligando para o sindicato e cobrando posição do Presidente do Sindicato. Acho que está na hora de ampliarmos essa discussão. Está na hora de fazermos uma discussão mais responsável por parte do Governo, afinal, Mato Grosso não é só estrada. Dinheiro tem, recurso tem.

Eu estive em Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso do Sul tem metade da receita de Mato Grosso e valoriza seus servidores, valoriza o agente prisional, valoriza o investigador de polícia. Por que aqui não tem dinheiro para priorizar? Enquanto o Governo não prioriza a segurança pública, temos dezessete, dezoito homicídios só em Cuiabá. Até quando vai perdurar isso? Então, acredito que falta mais responsabilidade na condução dos destinos deste Estado.

E queremos pedir aos Deputados desta Casa que assumam um compromisso com o servidor público deste Estado. Não é só discutir... (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Acabou o seu tempo. (AS GALERIAS SE MANIFESTAM COM VAIAS.)

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Acabou o seu tempo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Com a palavra, o Sr. Luiz Jorge Brasilino da Silva, Associação dos Docentes da Universidade de Mato Grosso, que dispõe de três minutos.

O SR. LUIZ JORGE BRASILINO DA SILVA - Boa-tarde a todos, Srs. Parlamentares aqui presentes, Srs. servidores e demais cidadãos.

Gostaria inicialmente de me reportar à fala do Deputado Alencar Soares, no sentido de dizer que as nossas propostas, da mesma forma que o colega antecipou aqui, estão colocadas.

A bem da verdade, estamos aqui, neste momento, praticamente, nos ocupando de desmistificar o quê? O Governo do Estado de Mato Grosso, neste momento, procura se utilizar disso enquanto argumento, no sentido de derrubar as nossas argumentações... Mas a bem da verdade, eu vou me ater apenas à questão específica da carreira dos técnicos, dos professores da Universidade do Estado de Mato Grosso, da qual, da categoria docente, eu sou Presidente e estou aqui representando.

Nós tivemos, no ano passado, uma campanha salarial, após ser protocolada aqui uma Mensagem do Governador, a qual apresentamos vários destaques. Nenhum deles, esta Casa, embora com alguns votos contrários, acabou acatando. Ou seja, há uma incoerência muito grande nos propósitos do Governo quanto à questão da educação e, no nosso caso, da educação superior. Na proposta veio reposição das perdas com data para efeito financeiro de 1º de junho, quando, na verdade, 1º de maio era a data que deveríamos ter. Isso não foi modificado. O nosso plano de carreira foi implantado em janeiro de 2002, com o efeito financeiro a partir de 1º de junho, ou seja, nós tivemos janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho, pelo menos quatro meses de diferenças e de perdas.

E o mais grave ainda, quando se fala em binômio, da necessidade e a possibilidade, também é mais uma mística, visto que a Universidade Federal de Mato Grosso, através da sua reitoria, esteve aqui, apresentou a proposta de reposição ou de recomposição de 12% para os docentes - isso comportava na folha - e 23% para os técnicos. Então, quer dizer, não dá para ficarmos trabalhando em termos de argumentos que não têm sustentação. Temos que partir daqui para diante no sentido de saber qual é o poder de intervenção que esta Casa tem no sentido de fazer modificar essas propostas que o Governo tem mandado para cá, mesmo que sejam vetadas. Mas esta Casa precisa demonstrar, porque na hora que vão às campanhas políticas prometer-nos condições de trabalho, de lutar por isso e aquilo, todos os Deputados tem se postado nesse sentido...(PALMAS). Então, nós somos cidadãos e temos condições de fazer essa análise e enxergamos essa situação com clareza (PALMAS). Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, a Srª Tânia Tereza Pascoalini, professora aposentada.

A SRª TÂNIA TEREZA PASCOALINI - Boa-tarde aos membros da Mesa e aos companheiros de todos os cantos deste Estado que aqui estão.

Todo mundo aqui falou em salário inicial, eu venho falar de salário final, salário de uma aposentada com 31 anos de serviços prestados para o Estado de Mato Grosso, R\$1.450,00, bruto. Não é líquido, não! É bruto! E eu tenho o contracheque para provar, se alguém quiser dizer que não é isso que recebo. Tenho 31 anos de serviços para este Estado, curso superior.

E pego a tabela aqui, sem querer questionar o salário de ninguém, porque eu acho que ninguém está ganhando o que merece, mas um Técnico de serviço de trânsito inicial ganha R\$1.760,00. Ele começa ganhando mais do que eu ganho depois de 31 anos de serviços para a Educação deste Estado. E alguém quer me dizer, quer me convencer que 6% é recomposição salarial. É querer brincar com a minha cara! É não respeitar os 31 anos de trabalho que tenho!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

(PALMAS). São 30 anos de trabalho que já renderam alguns Prefeitos, Vereadores, Deputados, Reitores, Médicos, Engenheiros, que foram meus alunos em Rondonópolis. Vários!

Secretários de Estado, quando eu encontrei, dias 11 e 12, aqui a serviço do ministério na capacitação dos secretários municipais, eu encontrei vários ex-alunos meus que hoje são secretários. A maior discussão que fazíamos com todos eles, é a necessidade da criação dos fundos de aposentadoria.

Deputado Eliene, lei para aumentar recurso da educação Mato Grosso tem desde a Constituição de 88, 35%... (PALMAS). Não precisa propor aumentar, não. A LDB, o FUNDEF, a Emenda nº 14, diz que é, no mínimo, 25% e todo mundo diz que é para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Como aposentada, eu exijo que o meu pagamento não seja mais das verbas de manutenção da educação, para que tenha mais recurso para recomposição de quem está trabalhando.

E Nuza, eu quero a indenização, sim... (PALMAS). Eu tenho bursite, tendinite, tudo quanto é “ite” possível e, por ser aposentada, eu não tenho 12% da verba indenizatória (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, o Sr. Adão Barbosa, vice-Presidente da Federação dos Servidores Públicos.

O SR. ADÃO BARBOSA - Sr. Presidente; demais Deputados; Secretário, que até já se ausentou; companheiros; sindicalistas e servidores.

Eu queria lembrar aqui que o último reajuste linear, porque não foi total, 100%, quase linear, aconteceu ainda em novembro de 84, que o então Governador Jayme Campos preparou e deu de presente para o Dante pagar a partir de janeiro. Essa é a prática de um partido que tem aí.

Bem, acontece que passaram o Governo Dante de Oliveira e mais dois anos de Maggi. Naquela época, a gasolina custava sessenta centavos, em torno de sessenta centavos. Hoje, dois reais e sessenta e pouco. O leite quarenta centavos, hoje um real e alguma coisa. O salário mínimo era sessenta e oito. Hoje é de trezentos reais.

Algum companheiro abordou aqui, e a gente tem conhecimento, que a receita do Estado triplicou nesses dez anos.

Então, haveria possibilidade realmente de estar dando um reajuste melhor para a classe dos servidores. A companheira que me antecedeu aqui, que se aposentou recentemente, eu estou em processo de aposentadoria e nessa segunda-feira recebi uma triste notícia de que meu salário vai ser reduzido em vinte por cento. Beleza, não é! Final de carreira e tal. É um grande estímulo e não desejo aos meus filhos que sejam servidor. Ou se for, que sejam briguentos para melhorar a situação, é o que tem para fazer, para melhorar a situação dos trabalhadores do setor público.

As diversas carreiras que foram criadas, como alguém já disse aqui, também, tem complexidade funcional assemelhada. Não poderia ter divergências da questão salarial, de níveis salariais. Nós não entendemos porque o Governo anterior e agora esse começa conversar, mais ainda não teve a prática de convidar os servidores...

Eu queria mais um tempinho, Deputado...

É, infelizmente, eu vou deixar um protesto porque tem direito aqui a mais tempo apenas os Deputados. Obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, professor José Maria Souza, de Cáceres. O Senhor tem três minutos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. JOSÉ MARIA SOUZA – Boa-tarde a todos da Mesa, em especial ao Deputado Alencar Soares que foi o autor do Requerimento; Deputada Verinha Araújo; Deputado Eliene e os demais Deputados meus cumprimentos.

Olha, de longa data eu já conheço esta Casa, como acadêmico da Universidade do Estado de Mato Grosso, fui Presidente do Diretório Central dos Estudantes. E, por diversas vezes, estivemos lutando por essa Universidade. Hoje militante na Educação. E quero dizer que a palavra que nós temos ouvido dos diversos Governos é: Espere. Para a Educação é espere. Espere; quando o orçamento for possível; quando a gente conseguir fazer um estudo no orçamento; quando existir recursos, aí conseguiremos alguma coisa.

Eu quero dizer que isso tudo tem um resultado: Não podemos mais esperar. É por estarmos esperando até hoje que os nossos salários são os últimos em relação às outras categorias. Ou seja, são os piores.

Então, eu gostaria de colocar, primeiro, que essa forma que o Governo criou, esse GT, esse Grupo de Trabalho, está na cara que não funcionou. Foi a forma mais autoritária, que desautoriza interferências democráticas, como esta Casa pode fazer. E o dia que o servidor público virar as costas para esta Casa é porque ele não acredita mais nesta Casa.

Então, eu quero dizer o seguinte: Primeiro, eu acho que 25% é o mínimo. E nós temos que ver as várias situações existentes dentro desses 25%. Há gastos contestados em relação às escolas, mas não se contestam em relação à burocracia do Estado, aos gastos que são feitos principalmente com propaganda.

Quanto ao índice do INPC, isso foi mais uma forma que criaram para dar esse aumento fictício de 6,13%, que está na cara que o servidor público não aceita.

Por fim, eu quero registrar aqui uma coisa importante, a valorosa luta do nosso companheiro Júlio César, combativo e legitimamente representante da categoria dos profissionais da educação do Estado de Mato Grosso (PALMAS). Eu não reconheço o SIPRUS. Eu não reconheço esse Sindicato pelego (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, o vereador Emir, do Município de Poconé (AUSENTE).

Com a palavra, o vereador Celso Fontes, Presidente da Câmara Municipal de Poconé (AUSENTE).

Com a palavra, o Sr^a Maria Luíza Zanirato, Secretária de Políticas Sociais do SINTEP.

A SR^a MARIA LUÍZA ZANIRATO - Boa-tarde senhores e senhoras, Presidente da Mesa e da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero cumprimentar as pessoas presentes na nossa audiência pública, sempre resistentes e teimosas em estar fazendo o debate sobre a educação, porque para nós, profissionais da educação, como funcionários públicos que somos, é nosso dever estar tratando, numa audiência que fala sobre a nossa remuneração, sobre a nossa renda, nosso salário, mais do que tudo o interesse da sociedade mato-grossense.

E aí eu quero deixar, então, como reflexões para a nossa audiência pública, na ausência do Governo, na ausência da Secretária Ana Carla Muniz, que infelizmente não dialoga, não faz esse debate imprescindível para que avancemos na educação, pelo menos das audiências que participei não vi ainda a presença dela, e participo de quase todos.

A primeira luta maior nossa na educação e também de outras áreas, das profissões que estão ligadas às políticas públicas e sociais é de que a maioria somos nós mulheres mesmo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

fazemos, por sermos mulheres os salários são piores e por sermos 83% da categoria na educação básica também os salários são piores.

E, infelizmente, os professores e funcionários, por essa injustiça com as mulheres, também sofrem a mesma injustiça ao estar na nossa profissão.

Eu assisti também, no Conselho Estadual de Saúde a justificativa do contingenciamento, a explicação de que tinha que contingenciar no Governo Blairo a saúde e educação, porque a arrecadação diminuiu e por vários motivos.

Mas por que a saúde e a educação têm que ter contingenciamento e as outras áreas não? Porque atende o social.

Então, são dois equívocos ou duas formas ainda enviesadas de conceber o ser humano, que estão retratadas no Governo Estadual de Mato Grosso. Não respeita as mulheres, não respeita a educação, não respeita a população, que precisa de educação com qualidade. Atende outros interesses (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, o Vereador Wilson, Presidente da Câmara de Cáceres.

O SR. WILSON KISHI - Sr. Presidente, que conduz esta Audiência Pública, demais Deputados Estaduais Eliene, Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, Deputado Ságua, ex-colegas da Secretaria de Estado, Geraldo de Vitto, Joaquim Sucena, demais colegas servidores, principalmente dos profissionais da educação, da qual quero também registrar aqui o companheirismo da solidariedade de união dos profissionais de Cáceres nesta luta em conjunta com o SINTEP.

Quero dizer a todos que vemos em Cáceres batalhando também muito com os profissionais municipais que, ontem, estão também o dia inteiro reivindicando reposição salarial. E aqui desta forma gostaria de fazer um comentário rapidamente até em cima da fala do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Eu acho que a observação que ele fez ao Governador do Estado, para que ele, Geraldo de Vitto e Joaquim Sucena, olhasse um pouco mais com carinho a educação, eu acho que tem razão. Ele está olhando meio de longe. Em Cáceres, onde vemos a educação praticamente abandonada. A Secretária Ana Carla Muniz, com todo respeito que tenho por ela, desde a semana retrasada - até o Deputado Eliene me passou o celular dela - não consigo conversar com ela. Ela não atende telefone. Está desligado. Falei como chefe de gabinete dela, o José Marcio. Também fica difícil. Então, hoje, protocolei um pedido oficialmente para que ela faça uma visita a Cáceres.

Então, veja só se tem um tratamento nesse sentido aí com a instituição, a parte física, estrutura física, onde lá, em Cáceres, ela nunca pisou para olhar, visitar as escolas, então, fica difícil. Realmente tem que olhar com mais carinho a educação.

E uma das propostas em questão: 25% para educação poderia ser muito... Nada impede de aplicar 28%, 30%, 35%.

Houve um incremento, Joaquim Sucena, de uma arrecadação de mais de 30%, que significa isso no geral? 1% - eu não sei os números exatos do Estado -, mas 1% significaria em termos da questão da folha de pagamento. Esse 1% significaria mais 10% da folha? 1% da arrecadação do Estado?

Então, tem alguns detalhes que faltam e nós não temos conhecimento que poderíamos muito bem discutir detalhadamente, ponto a ponto, porque nada impede de 33% que teve de incremento tentar destinar uma fatia maior para melhorar o salário desses profissionais que estão pedindo. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Registramos e convidamos para compor a Mesa o Deputado Nataniel de Jesus e o Deputado Carlão Nascimento.

A Sr^a Vilma Moreira dos Santos - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Com a palavra, pela Ordem, a Sr^a Vilma Moreira dos Santos, porque citaram o seu nome, e dispõe de um minuto.

A SR^a VILMA MOREIRA DOS SANTOS - Sr. Presidente, Mesa presente, eu pedi a palavra, pela Ordem, porque foi citado o SIPROS - Sindicato dos Professores e Servidores da Região Sul.

Gostaria de colocar que em nenhum momento e até o momento, pasmem... Quando chegamos aqui pela manhã não deu para entender o porquê da questão da retirada, porque vimos para estar juntos, buscando a possibilidade de esta Casa de Leis, como sempre buscamos aqui... E quando o profissional coloca que não lembra o nome, que não reconhece o SIPROS... Paciência, eu não vou fazer com que reconheça, mas eu tenho certeza de que os sindicalistas que estão na caminhada há vários anos... E a Deputada Verinha Araújo, a Senadora Serys Slhessarenko, sempre estivemos juntos na luta e eu tenho certeza de que muitos dos companheiros que acompanham a luta dos trabalhadores sabem que sempre acompanhamos em defesa da categoria.

Não sei o que está acontecendo, o que tem por trás de tudo isso, Srs. Deputados e demais companheiros (VAIAS), mas o que eu quero colocar... Para quem está querendo vaiaar, eu estou querendo fazer um esclarecimento... Vaiem à vontade! Mas eu vou esclarecer...

Eu só quero colocar que participamos do grupo de trabalho. Nessa representatividade também esteve presente a representação desta Casa, Deputados representando, e em nenhum momento ali quisemos fazer jogo de Governo e nesse momento defendemos ali as propostas...(VAIAS). Terminaram? Se quiserem continuar, tudo bem! Levamos as propostas que foram apresentadas pela categoria. E quem conhece o trabalho, o nosso trabalho, eu tenho certeza de que não pensa desse lado, de sindicato pelego. Eu quero dizer que sempre em nenhuma gestão, em nenhum Governo, nós nos omitimos. Se agora o Sindicato está querendo buscar uma resposta pela omissão de não ter participado do grupo de trabalho, para o qual foi convocado, paciência! Eu não tenho culpa, mas vou continuar defendendo junto com a categoria, custe o que custar. Nós vamos fazer o nosso trabalho que sempre foi com transparência, com seriedade e muita responsabilidade.

É isso que eu quero deixar bem claro aqui nesta tarde. Eu tenho certeza de que nós estamos aqui buscando para que o Governador procure solucionar o problema da categoria, se é problema de sindicato, não deu para entender o que está acontecendo, ou o que um pequeno grupo está colocando, ou querendo jogar a categoria contra o sindicato. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Eu passo a palavra ao Secretário Geraldo de Vitto, que terá três minutos para fazer as suas considerações.

O SR. GERALDO DE VITTO - Sr. Presidente da Audiência Pública, eu gostaria só de fazer algumas colocações a perguntas que foram dirigidas, colocar aos servidores duas situações específicas.

Está sendo sempre mencionado que o Governador deu 19% de realinhamento para si. Isso não corresponde à verdade. O Governador foi contrário ao aumento de seu subsídio. Esse valor não é definido pelo Poder Executivo, mas é definido pelo Poder Legislativo, na última sessão legislativa do ano. Quanto a isso, eu gostaria até que o Presidente se manifestasse, se fosse o caso, mas o Governador foi contrário ao aumento de seu subsídio...(OS PARTICIPANTES DAS GALERIAS SE MANIFESTAM).

O SR. GERALDO DE VITTO - Segundo ponto...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER MENSAGEM Nº 31/05 (REPOSIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES), REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Eu quero dizer, Secretário, que nós participamos da discussão, os delegados de polícia queriam um teto de dezesseis mil, concordavam com quatorze e o Governador não aceitou. Isso aí nós estamos dizendo a verdade. O máximo que o Governador aceitou foi dez mil e quinhentos reais.

Continua com a palavra o Secretário Geraldo de Vitto.

O SR. GERALDO DE VITTO - Eu gostaria de mencionar também que nós não temos controle sobre os demais Poderes do Estado. Se o Poder Judiciário toma algumas posições, o Ministério Público, nós não temos controle. O nosso controle se limita ao Poder Executivo.

Eu queria só finalizar posicionando aos senhores que o Governo para poder avançar em qualquer valor, o Governo não disse que esse é um valor fixo, fechado, mas que esse é um valor possível. Gostaríamos de dar muito mais, mas é o que é possível. Para se tirar e se posicionar com valores de remuneração acima disso, nós temos que tirar de outro lugar e nós temos também um compromisso com a sociedade e não só com os servidores do Estado, infelizmente. Então, nesse sentido eu só queria finalizar esse esclarecimento, Presidente, e agradeço a participação de todos e a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (ALENCAR SOARES) - Quero dizer a todos os senhores e senhoras aqui, presidentes de sindicatos, ao encerrar esta audiência, que essa Mensagem venceu a pauta ontem, dia 11/05, e que terça-feira já estará na nossa Comissão.

O Deputado Zé Carlos do Pátio já pediu e nós vamos concordar, e vamos esperar, e pedir ao Secretário de Vitto para, até segunda-feira, nos sentamos com o Governador, até terça-feira na parte da manhã, para levar, e eu faço esse compromisso, ao Governador, e eu acredito que o Secretário levará todas as reivindicações e tudo que foi falado aqui.

Dessa forma, nós agradecemos a todos os presidentes de sindicatos, professores e senhores aqui presentes.

Declaro encerrada esta Audiência Pública. Até a próxima, se Deus quiser.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.